

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do
Rio Grande do Sul - CAU/RS**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OBS: O relatório será incluído oportunamente, entretanto os modelos podem ser consultados por meio da NBCTA 700 do Conselho Federal de Contabilidade.



NBCTA700.pdf

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/RS é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/RS.

O Conselho está localizado na rua Dona Laura 320, 14º e 15º andares, Porto Alegre/RS.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2020.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RS procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) **Base de mensuração** - No exercício de 2017 foi utilizada a média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017. A partir do ano de 2018, o critério adotado

foi o de média simples dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas dos três anos anteriores. São calculados um percentual para Perdas de Devedores Duvidosos de pessoas físicas e um para pessoas jurídicas sendo aplicados sobre os respectivos saldos a receber de anuidades de exercícios anteriores ao final do exercício.

- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política e a alteração do critério no ano de 2018, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/RS, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/RS segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Sistemas de processamento de dados	5	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o

valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RS procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/RS adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é

de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores são de anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Caixa	-	-
Banco conta movimento	67.353	64.942
Aplicações financeiras	19.203.583	18.740.954
Total	19.270.936	18.805.896

Os valores em conta corrente referem-se a arrecadação do dia 31/12/2019, dia no qual o CAU/RS não teve expediente não sendo possível realizar a aplicação financeira desses valores.

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos a Receber

Contas a Receber de Anuidades	2019	2018
Pessoa Física - 2012	36.405	33.350
Pessoa Física - 2013	73.020	68.879
Pessoa Física - 2014	128.178	134.698
Pessoa Física - 2015	225.534	258.284
Pessoa Física - 2016	401.479	505.880
Pessoa Física - 2017	692.696	935.026
Pessoa Física - 2018	980.960	1.474.432
Pessoa Física - 2019	1.693.965	-
Pessoa Jurídica - 2012	121.481	130.948
Pessoa Jurídica - 2013	156.632	168.469
Pessoa Jurídica - 2014	215.106	236.168
Pessoa Jurídica - 2015	287.944	316.451
Pessoa Jurídica - 2016	399.766	452.260
Pessoa Jurídica - 2017	539.764	617.886
Pessoa Jurídica - 2018	653.093	761.925
Pessoa Jurídica - 2019	804.664	-
Dívida Ativa - Pessoa Física	166.535	286.757
(-) Provisão para Devedores Duvidosos - PF	(1.967.316)	(1.669.075)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos - PJ	(2.068.880)	(1.611.127)
Total	3.541.027	3.101.210

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	2.498.629	2.236.356
Mais de 360 dias	5.078.594	4.145.056
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(4.036.196)	(3.280.202)
Total	3.541.027	3.101.210

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

7.1. Impostos

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
ICMS a recuperar	-	-
PIS e COFINS a recuperar	-	-
IPI a recuperar	-	-
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-
INSS a recuperar	8.497	-
Outros impostos a recuperar	417	1.091
Total	8.913	1.091
Circulante	8.913	1.091
Não circulante	-	-
Total	8.913	1.091

O valor de INSS a recuperar refere-se ao pagamento de salário maternidade a duas funcionárias do Conselho que será compensado na guia de INSS paga em janeiro de 2020.

7.2 Demais Créditos a Curto Prazo

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
Vale Transporte a apropriar	8.148	5.535
Vale Alimentação a apropriar	-	1.123
Plano de Saúde a apropriar	35.112	
Adiantamento de Salários	45.146	36.038
Outros Créditos de curto prazo	373	4.505
Total	88.779	47.201

8. Estoques

Descrição	2019		2018	
Materiais Elétricos e de Telefonia	3.665		4.439	
Materiais de Limpeza e de Higiene	7.023		7.727	
Materiais para Manutenção de Bens Móveis	-		38	
Material de Escritório	43.254		59.663	
Material para Manutenção de Bens Imóveis	241		266	
Materiais de Copa e Cozinha	3.019		2.732	
Materiais de Informática	496		56	
Gêneros Alimentícios	5.149		6.617	
Total	62.845		81.538	

9. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Descrição	Consolidado	
	2019	2018
Prêmios de Seguros a Apropriar	23.535	23.488
Assinaturas a Apropriar	299	986
Licença de Software a Apropriar	25.761	43.029
Total	49.595	67.502

10. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2019	2018
Salas	5.687.440	(1.185.705)	4.501.735	4.706.483
Instalações	21.202	(6.532)	14.670	17.685
Veículos	1.040.299	(521.304)	518.995	668.417
Móveis e utensílios	520.053	(218.618)	301.435	233.915
Máquinas e Equipamentos	294.068	(86.017)	208.051	178.611
Equipamentos de Processamento de Dados	930.290	(464.147)	466.142	376.756
Obras em andamento	82.682	-	82.682	82.682
Total	8.576.033	(2.482.322)	6.093.711	6.264.549

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Descrição	31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2019
Salas	4.706.483	-	-	(204.748)	4.501.735
Instalações	17.685	-	-	(3.015)	14.671
Veículos	668.417	9.000	-	(158.423)	518.995
Móveis e utensílios	233.915	106.281	-	(38.761)	301.435
Máquinas e Equipamentos	178.611	52.494	-	(23.054)	208.051
Equipamentos de Processamento de Dados	376.756	198.221	-	(108.834)	466.142
Obras em andamento	82.682	-	-	-	82.682
Total	6.264.550	365.995	0	(536.834)	6.093.711

As aquisições em 2019 foram em sua maioria para os escritórios regionais inaugurados pelo CAU/RS nas cidades de Pelotas e Santa Maria, além das substituições programadas de equipamentos de processamento de dados e para suprir o aumento do número de funcionários na sede do conselho.

11. Intangível

Descrição	2019	2018
Sistema de Processamento de Dados	95.475	95.475
(-) Amortização Acumulada	(62.488)	(53.527)
Total	32.987	41.948

12. Fornecedores a pagar

Descrição	2019	2018
Prestação de serviço	216.627	46.851
Fornecedor de materiais	165.634	1.019
Encargos Patronais e Folha de Pagamento	139.958	138.020
Outros fornecedores	-	68.831
Total	522.219	254.721

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018
A vencer	522.219	254.721
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Total	522.219	254.721

13. Pessoa a Pagar

Referem-se as apropriações mensais para férias, 13º salário e seus respectivos encargos, sendo contabilizadas conforme relatório fornecido pela empresa terceirizada responsável pela folha de pagamento do CAU/RS. Em 2019, as apropriações mensais foram transferidas do grupo 2.1.7.1.1 para o grupo 2.1.1.1.2 para enquadramento correto conforme o MCASP.

Descrição	2019	2018
Férias	559.946	383.624
INSS s/ Provisão de Férias	123.148	82.479
FGTS s/ Provisão de Férias	44.781	30.690
PIS s/ Provisão de Férias	5.597	3.836
Total	733.471	500.630

14. Demais Obrigações a Curto Prazo

A entidade possuía, em 31/12/2019, saldos de valores restituíveis conforme segue:

Descrição	<u>2019</u> <u>2018</u>	
INSS retido na folha de pagamento	30.964	30.795
IRRF da folha de pagamento	92.320	83.227
ISS retido de prestadores de serviço	5.653	4.734
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS retidos de prestadores de serviço	-	10.661
Garantia de contrato - Maier Contabilidade e Auditoria LTDA	4.826	-
Outros Valores Restituíveis	349	334
Total	<u>134.112</u>	<u>129.749</u>

15. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim representadas:

Natureza	Descrição	<u>2019</u> <u>2018</u>	
Trabalhista	José Milton This	10.000	10.000
Cível	Vivendas Urbanismo LTDA	-	3.000
Cível	Pompeo Madeira Stands Promocionais LTDA	3.200	3.200
Cível	Vanderlei Sanches/José Antônio Oliveira	-	6.000
Trabalhista	Luana Borges da Silveira	15.000	15.000
Cível	Silvia Maria Viapiana Modanese	-	885
Trabalhista	Secretaria de Inspeção do Trabalho/RS	2.100	2.100
Cível	Glae Eva Macalós	390	-
Total		<u>30.690</u>	<u>40.185</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

Natureza	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	<u>2018</u>
Trabalhistas	27.100	-	-	-	-	27.100
Cíveis	13.085	390	(9.885)	-	-	3.590
Total	<u>40.185</u>	<u>390</u>	<u>(9.885)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.690</u>

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2019, além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima o valor de R\$ 17.754,06 decorrente de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

16. Patrimônio Líquido

Descrição	2019	2018
Superávit ou Déficit do Exercício	204.096	3.863.586
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	27.485.944	23.626.013
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(3.655)
Patrimônio Líquido	27.690.040	27.485.944

17. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/RS, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2019 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

18. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2019	2018
Depreciação e amortização	545.795	555.764
Despesas com pessoal	8.079.373	6.784.233
Despesas com contratação de terceiros	3.550.824	1.863.390
Material de consumo	226.120	100.095
Diárias e locomoção	880.261	705.185
Impostos, taxas e contribuições	6.289	6.045
Provisão para devedores duvidosos	755.995	-
Transferências	1.697.835	1.826.723
Outras receitas e despesas	610.599	456.563
Total	16.353.091	12.297.997

19. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2019	2018
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	16.557.188	16.161.583
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(16.353.091)	(12.297.997)
(=) Superávit Patrimonial apurado	204.096	3.863.586

Resultado Orçamentário	2019	2018
Receita Orçamentária Arrecadada	15.324.505	14.208.559
(-) Despesas Empenhadas	(15.298.744)	(11.981.733)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	25.761	2.226.826

Resultado Financeiro	2019	2018
Saldo Disponível Apurado	19.270.936	18.805.896
(-) Passivo Financeiro	(1.772.536)	(1.063.051)
(=) Superávit Financeiro Apurado	17.498.400	17.742.845

20. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	1.639.710
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	-
Total		1.639.710

A importância segurada dos seguros dos 7 veículos segurados do CAU/RS é de 100% do valor de mercado referenciado.

21. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

.

*

*

*